

ARTHUR ZOBARAN PUGLIESE

MARIA INÊS VILLALVA

**PROGRAMA MESTRES DA OBRA: UM
PROJETO CULTURAL EM CANTEIROS DE OBRAS**

UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO - UNIGRANRIO
INSTITUTO ALEIXO ASSOCIADOS
SÃO PAULO – 2007

ARTHUR ZOBARAN PUGLIESE

MARIA INÊS VILLALVA

**PROGRAMA MESTRES DA OBRA: UM
PROJETO CULTURAL EM CANTEIROS DE OBRAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como exigência do Curso de
Pós-Graduação Lato Sensu em
Administração e Planejamento de
Projetos Sociais, Turma I.

Orientadora: Prof^ª Ms. Marianne Rios
Martins

UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO - UNIGRANRIO
INSTITUTO ALEIXO ASSOCIADOS
SÃO PAULO – 2007

Dedicamos este trabalho a todos os operários da construção civil que oferecem sua força de trabalho para a edificação de projetos arquitetônicos dos quais, pela condição de excluídos, não poderão usufruir.

Na esperança de um dia poder ver o direito de acesso, aos bens e serviços, indistintamente oferecidos a todos os cidadãos brasileiros.

AGRADECIMENTOS

Ao ESTÚDIO BRASILEIRO por ter autorizado a realização da pesquisa em um dos canteiros do Programa Mestres da Obra.

À EQUIPE DE PROFISSIONAIS do Programa Mestres da Obra por ter acolhido nossas indagações e nosso olhar crítico.

AOS OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL do canteiro de obras da Construtora Setin, do bairro do Cambuci-São Paulo, por terem-nos confiado suas angústias e seus sonhos.

*Se o trabalhador vende a força de trabalho,
ela deixa de ser do trabalhador.*

(JOFFILY, Bernardo)

RESUMO

Este trabalho propõe analisar o Programa Social Mestres da Obra que desenvolve atividades sócio-culturais, em canteiros de obras da construção civil, voltadas ao desenvolvimento humano de seus operários, instituídas na forma de ateliê-escola. O Mestres da Obra é um dos programas gerenciado pelo ESTÚDIO BRASILEIRO, organização não-governamental, com fins lucrativos e econômicos, que trabalha com projetos socioambientais e culturais. O público alvo deste programa são os operários dos referidos canteiros, que na maioria das vezes, caracterizam-se pela baixa escolaridade, alto grau de analfabetismo, consumo de álcool e outras substâncias psicoativas e conseqüentemente, pela exclusão social. Os canteiros de obras geralmente são ambientes desgastantes e perigosos, com baixos salários, jornada de trabalho prolongada e desumanização nas relações interpessoais, reforçando a problemática vivenciada por essa classe operária. O programa implanta ateliês de arte-educação em canteiros de obras, em 6 (seis) módulos anuais, aplicados para turmas que se alternam bimestralmente, transformando com os operários resíduos de construção em peças de arte e utilitários. O processo criativo nunca é pré-determinado e constitui-se a partir da imaginação e da criatividade dos operários envolvidos. Dessa forma é dada a oportunidade para que o resgate da auto-estima se efetive com a descoberta de potencialidades e apropriação de novos conhecimentos. O estudo aqui apresentado focou especificamente um módulo do projeto realizado no canteiro de obras MUNDO APTO SETIN – CAMBUCI - SÃO PAULO SP, no período de 01.03.06 a 30.04.06, identificado neste trabalho pela sigla MASC, em que participaram quinze operários.

Palavras-chave: Projeto Social. Canteiros de obras. Ateliê-escola. Arte-educação. Sociocultural. Desumanização. Psicoativas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS RELAÇÕES DO TRABALHO	08
1.2 Panorama Social da Indústria da Construção Civil	11
2 O PROGRAMA MESTRES DA OBRA: UM ESTUDO DE CASO	13
2.1 O Programa	14
2.3 Resultados	15
2.3.1 Aspectos positivos do Projeto	17
2.3.2 Aspectos a serem aprimorados	19
CONCLUSÃO.....	18
REFERÊNCIAS	22

INTRODUÇÃO

As relações de trabalho instituídas no Brasil são marcadas pela desigualdade e exclusão social, cujas raízes históricas remontam à época da abolição da escravatura e da proclamação da República.

A condição desigual de integração da população no mercado de trabalho se mantém até os dias atuais, agravada por crises internacionais de ajuste do sistema capitalista e da globalização que, no quadro nacional, trouxeram o desemprego em massa, a precarização das condições de trabalho, o empobrecimento da classe trabalhadora e a exclusão social.

A reestruturação produtiva e os ajustes neoliberais vêm interferindo também no papel e nas ações do Estado, que vem transferindo parte da responsabilidade social que lhe cabe à sociedade civil e à iniciativa privada.

Na lacuna deixada pelo Estado, projetos instituídos pelo setor não-governamental vêm ganhando espaço e se solidificando como alternativas que buscam minimizar as desigualdades sociais, propondo novas possibilidades às relações de trabalho.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo apresentar um projeto social desenvolvido pelo terceiro setor, analisando, através dos resultados obtidos, a viabilidade de execução bem como a possibilidade de implantação.

A metodologia empregada compõe-se de pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica e do estudo de caso, em que se analisa um projeto social.

O primeiro capítulo contextualiza a história das relações do trabalho e fornece um panorama social da construção civil, tendo como referência os estudos de Pochmann (2004), Paugam (1999), Reigota (2003), entre outros.

O capítulo dois apresenta, através do estudo de caso, o Programa Mestres da Obra como um projeto social, de acordo com definição de Armani (2004). Neste capítulo detalha-se o conceito do Programa, sua composição e os resultados obtidos.

Por fim, procura-se concluir os impactos do Programa no público alvo a que se destina – operários dos canteiros de obras da Construção Civil – bem como a viabilidade de implantação e replicabilidade do projeto.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS RELAÇÕES DO TRABALHO

A partir do final da década de 1970 e início da década de 1980, a crise econômica internacional e o conjunto de ajustes processados pelo sistema capitalista, comandado pelos países centrais, incidiram no Brasil e na América Latina, em bases históricas e realidades sociais muito diferentes das encontradas na chamada sociedade salarial da Europa ou dos países da América do Norte.

A sociedade brasileira não se caracteriza por ter sido construída a partir do avanço da democracia e de mercados de trabalho organizados, com medidas trabalhistas e sociais protetoras e de um Estado que regulamentasse a cidadania.

Durante o século XX, embora como economia periférica, o Brasil soube aproveitar algumas contingências de refluxo do capitalismo internacional, obtendo a ampliação das exportações de produtos primários e, mais tarde, dentro de um processo de substituição da economia agrária pela economia industrial, obteve um crescimento industrial e um modesto desenvolvimento econômico. Porém, embora de fato o país tenha tido – principalmente até o final da década de 1970 – um desenvolvimento e um crescimento econômico, não conseguiu combinar esses fatores com a construção de uma sociedade justa, democrática e menos desigual, que garantisse condições de vida e de trabalho à população (Bresser, 2003).

No Brasil, o trabalho assalariado livre, se instituiu muito tardiamente, com a abolição da escravatura, em 1888. Foi um dos últimos países do mundo a abolir formalmente esse tipo de regime de trabalho e, no ano seguinte, em 1889, com a proclamação da República se estabeleceu no país o regime democrático.

No entanto, o processo de transição no Brasil para o trabalho assalariado, além de tardio, foi feito a partir de uma estratégia conservadora das elites dirigentes que optaram por fazer a substituição dos trabalhadores negros escravos, por imigrantes europeus e asiáticos que para cá vieram como trabalhadores assalariados. Além de conservadora, a estratégia foi intencionalmente excludente, uma vez que fez com que os trabalhadores negros, embora na condição formal de liberdade e podendo vender livremente a sua força de trabalho, não fossem integrados ao mercado de trabalho assalariado, sendo com isso marginalizados do acesso ao crescimento e ao desenvolvimento social do país.

A condição desigual de integração da população afro descendente no mercado de trabalho se reproduziu ao longo do século XX e está presente até hoje, sendo este um aspecto importantíssimo para entender o caráter da pobreza, da exclusão social e também o caráter da democracia brasileira.

Mesmo com o crescimento considerável do trabalho assalariado no Brasil (1930-1980), quando o país passou de cerca de 1/5 do total de ocupados, no final da década de 1930, para cerca de 2/3, em 1980, o mercado de trabalho mostrava-se extremamente heterogêneo e desigual, tanto no que se refere ao fato de o emprego assalariado ser composto por trabalho sem contrato formal, como pela diversidade de ocupações não assalariadas e, na maioria, ilegais com grandes diferenças de remuneração do trabalho (Pochmann, 2004).

É importante atentar para os aspectos da heterogeneidade e da desregularização do mercado de trabalho brasileiro que se expressam por excedentes de mão-de-obra e por diversas formas de ocupação não-assalariadas, pelo trabalho informal, ilegal e precariamente remunerado – características presentes não apenas nas últimas décadas, embora nelas tenham se acentuado, gerando relações de trabalho não capitalistas: velhas formas de ocupação e remuneração de mão-de-obra combinadas com relações capitalistas modernas, oriundas da industrialização nacional, feitas sob padrões produtivos internacionais que caracterizaram sempre o mercado de trabalho brasileiro.

Considerando-se que essas formas de trabalho convivem no país desde muito antes da década de 1970, quando começou a se manifestar o fenômeno da desregulamentação provocado pelos ajustes do capitalismo e da globalização, pode-se entender a gravidade do impacto provocado pelo encontro de uma estrutura fragilizada de um mercado de trabalho não regulamentado com a conjuntura de reestruturação e reajustes do capitalismo e suas expressões: desemprego massivo, precarização das condições de trabalho, empobrecimento dos trabalhadores e exclusão social, atual reconfiguração da estrutura social brasileira.

Em síntese, nossas condições históricas não permitiram a construção da sociedade salarial, pois o mercado de trabalho sempre funcionou com grande excedente de mão-de-obra e com diversas formas de ocupação não regulamentadas, assalariadas e sem a intervenção do Estado; tampouco permitiram o acesso, de fato, à democracia básica, não garantindo a todos, de forma universal, os direitos sociais conquistados (Pochmann, 2004).

As mudanças nas condições de trabalho, causadas pela reestruturação produtiva e pelos ajustes neoliberais no âmbito do papel e das ações do Estado, redundaram, ao longo da década de 1990, na perda de trabalho, na redução da renda dos trabalhadores e na fragilização do conjunto de seguranças sociais que eles dispunham, decorrentes dos vínculos com o trabalho.

Além disso, as novas exigências tecnológicas e os novos padrões mundiais de organização do setor produtivo, em médio prazo, requeriam menos mão-de-obra e, ao mesmo tempo quando necessária, esta deveria ser mais especializada. Fenômenos novos e velhos começaram a acenar de forma simultânea no mercado de trabalho brasileiro: diminuiu a oferta de trabalho e cresceu a exigência de qualificação para os novos empregos.

O trabalhador, que herdara uma defasagem histórica-educacional, ficou rendido diante desta realidade, o que fez com que multiplicassem as ofertas das novas/velhas formas de contratos precários de trabalho, envolvendo agora não só os trabalhadores pouco ou quase nada qualificados, mas igualmente os qualificados e que, ante a escassez de trabalho, se vêem

também submetidos à insegurança, tanto dos frágeis contratos quanto das condições de trabalho, agregando-se a tudo isso a incerteza advinda da escassez da oferta de serviços públicos e da diminuição dos já existentes (Paugam, 1999).

Em meados da década de 1990, 45% dos trabalhadores se encontravam sem contrato de trabalho e sem cobertura de seguridade social (IBGE, 2006). O mercado de trabalho se dividia: entre aqueles que ainda se mantinham vinculados a um mercado formal e que asseguravam, por essa condição, acesso às condições básicas de reprodução de sua força de trabalho, inclusive com acesso a certa seguridade privada além do sistema público; e um conjunto cada vez maior de trabalhadores instáveis, vulnerabilizados pelas condições de trabalho e, portanto, mais sujeitos ao desemprego.

As mudanças ocorridas nas relações de trabalho e, por conseqüência na sociedade como um todo, não fragilizaram só o trabalhador individualmente e sua família; elas comprometeram também as condições e as mediações de classe e de luta social dos trabalhadores/cidadãos, assim como a potência das pessoas para, como agentes coletivos, contribuírem com a reconstrução social. Segundo Telles (1996), esse grande contingente de trabalhadores *sobrantes* é uma população não só excluída dos benefícios sociais, mas, também, alijada da cena política do país.

O enfraquecimento e a inexistência de instâncias mediadoras entre a sobrevivência individual/familiar e a luta social mais ampla – enquanto capacidade de formular e de lutar coletivamente por direitos – compromete, em última análise, também a cultura política das pessoas e a construção de uma outra qualidade de democracia e de sociedade.

No plano nacional, tal conjuntura mostra que termina um século e inicia-se outro com distâncias cada vez maiores entre os indicadores econômicos e os sociais: a riqueza cresceu e se concentrou, ampliando ainda mais a pobreza, acentuando a desigualdade e configurando formas novas de exclusão social e das relações de trabalho.

1.2 Panorama Social da Indústria da Construção Civil

A construção civil é responsável por grande parte do emprego das camadas pobres da população masculina no Brasil e é considerada, em todo o mundo, uma das mais perigosas atividades profissionais, liderando as taxas de acidentes de trabalho fatais, não-fatais e, em grande parte das vezes, com seqüelas (Blandes, 1992).

A migração, realidade do contingente operário desta indústria tem efeitos significativos sobre o indivíduo. É importante destacar que o sentimento de desamparo gerado pela distância das raízes de família e do

local de origem se instala no mundo subjetivo do indivíduo, intensificando seu sofrimento e sendo determinante por grande número de seus problemas. A isso se soma o fato de que essas pessoas residem, na grande maioria dos casos, nas periferias da cidade e em más condições de moradia. Por morar a uma grande distância dos locais de trabalho precisam acordar muito cedo, boa parte deles de madrugada, gastando muito tempo no deslocamento em condições de pouca eficiência e qualidade de transporte.

O trabalho sem a carteira de trabalho assinada parece se constituir na principal característica da precarização nesse ramo de atividade econômica no Brasil. Existe uma grande proporção de trabalhadores sem contrato formal de trabalho, além dos biscateiros, o que evidencia a perda de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários assegurados para os demais trabalhadores formais – e esta não parece ter sido uma escolha individual.

Segundo dados obtidos pelo Programa Mestres da Obra, em entrevistas que se realizam periodicamente no início das turmas, com os operários que freqüentam os Ateliês do Mestres da Obra, 27 % são nascidos no Estado de São Paulo e 73% são migrantes de outros estados do Brasil, com predominância para os estados do Piauí, Ceará, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Minas Gerais e Paraná.

Em termos emocionais, o movimento migratório implica na fragmentação de uma identidade. Ao deixar um território, necessariamente entra em jogo a perda dos referenciais conhecidos. O processo de separação gera uma experiência de desamparo que, na maior parte das vezes, é vivida como abandono.

Assim, o migrante entra em um processo de crise, disparado pelas mudanças de códigos culturais, em que as referências conhecidas já não funcionam mais, desfazendo um conjunto articulado de valores que lhe dão a necessária sustentação para o trânsito cotidiano.

Cultura, neste estudo, é entendida como um conjunto de referenciais que permite, a cada membro de uma sociedade determinada, movimentar-se, expressar-se, pensar, amar, trabalhar, evitar o medo e se proteger do desconhecido. Segundo Hannerz (1992) e como destaca Reigota (2003), pode-se considerar cultura, como sendo as diferentes formas de expressão de “idéias, experiências e sentimentos”. A formação da cultura se dá e se “manifesta através de hábitos cotidianos”, esses referenciais, que se encontram no ambiente e funcionam como uma marca originária, promovendo os fundamentos para o desenvolvimento do indivíduo (Reigota, 2003).

A migração normalmente produz sentimentos (medo, insegurança, expectativas e desejos) que podem ser encontrados na maioria dos migrantes, independentemente do local de origem ou da ocupação que assumem no novo lugar.

Tais sentimentos sem dúvida se agravam pelas particularidades vividas pelos trabalhadores da construção civil brasileira não-qualificados ou semiqualficados, em particular na Região Sudeste, oriundos das várias partes do país. Como característica dessa população de operários, a migração ocorre, em geral, por esgotamento de recursos no próprio lugar de origem do migrante.

Para esses trabalhadores, a experiência do exílio é vivida intensamente em função das grandes dificuldades que encontram para se adaptar às novas circunstâncias. Na aproximação com os operários migrantes, o que mais impacta é o sentimento de humilhação espelhado em seu sofrimento.

O operário migrante olha para a cultura da cidade grande como a um ser superior que pode, ao mesmo tempo, devorá-lo ou protegê-lo da miséria, abandonado que está pelo exílio obrigatório: Fugiu da privação, em seu local de origem, para um novo lugar que pode destruí-lo, ou salvá-lo.

Durante o processo de adaptação e acomodação do sujeito à nova cultura, além de enfrentar a precariedade material, torna-se necessário um relativo, mas importante abandono interno das categorias referentes à sua cultura de origem sem, no entanto, a garantia de que poderá incorporar o novo código. Há sobretudo, uma grande desvalorização de sua cultura de origem, que se sobrepõe ao preconceito que exclui o migrante.

A construção civil ainda é, juntamente com o comércio, a maior alavanca de migração para a Região Sudeste. São pessoas procedentes de todas as regiões do Brasil e que, invariavelmente, vêm ocupar a periferia das cidades, agravando as questões socioambientais que afligem os grandes centros.

Neste contexto, os Projetos Sociais têm emergido como alternativas no combate à exclusão social. Ocupando a lacuna deixada pelo Estado – cada vez mais ausente da vida das comunidades – o terceiro setor, não-governamental, vem se tornando presente através de iniciativas que procuram minimizar a desigualdade social e que têm, no desenvolvimento humano, seu principal foco.

O projeto analisado neste estudo tem, nos operários da construção civil, sua fonte de preocupação e atuação.

2 O PROGRAMA MESTRES DA OBRA: UM ESTUDO DE CASO

Este estudo analisou a viabilidade do projeto de implantação de ateliês de arte educação em canteiros de obras da construção civil, tomando como referência a ação executada no canteiro de obras da Construtora Setin, sediado no bairro do Cambuci, município de São Paulo (MASC), no período de 01.03.06 à 30.04.06, tendo como beneficiários 15 operários.

Optou-se por adotar o estudo de caso, enquanto metodologia capaz de mensurar a eficiência do planejamento do Programa Mestres da Obra no canteiro de obra MASC.

Para a coleta de dados e informações, os autores da pesquisa utilizaram o acervo do Programa Mestres da Obra composto por entrevistas documentadas graficamente, depoimentos registrados em formato vídeo digital e publicações produzidas pela mídia escrita e falada. Os pesquisadores também realizaram entrevistas fechadas com roteiros específicos com 02(dois) diretores e 04(quatro) técnicos da Construtora Setin, toda equipe do Programa Mestres da Obra, 10 (dez) dos 15 (quinze) operários beneficiados pelo projeto, no canteiro de obras do empreendimento MundoApto Setin – Cambuci – SP –MASC, 05 (cinco) familiares (mulheres de operários) e 05 (cinco) moradores do entorno.

Tendo como referência a técnica da análise por processo, a investigação foi dividida em três etapas:

- Implantação do projeto no canteiro de obras;
- Implementação das atividades propostas no ateliê;
- Resultados alcançados.

2.1 O Programa

O Programa Mestres da Obra tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento humano de operários da construção civil, bem como promover a saúde nos ambientes de trabalho – os canteiros de obras.

O nome *Mestres da Obra* traduz a imagem representada pelo trabalhador da construção civil: cada trabalhador sabe o seu ofício – não existe um único mestre, cada um é mestre de algum modo, ninguém sabe tudo, e a obra precisa do conhecimento de todos para se realizar. Além disso, o nome explora, obviamente, a similaridade entre as palavras do universo da construção e seus significados no universo artístico, propondo um jogo semântico entre elas.

O programa é desenvolvido nos canteiros de obras por meio da implantação de atividades educacionais, divididas em 06 (seis) módulos nos ateliês de Arte e Educação, em espaços implementados especialmente para o Programa. Nesses espaços, promove-se intensa relação com o aprendizado, com a construção e produção de conhecimento e de auto conhecimento.

Com orientação e acompanhamento de um profissional da área de psicologia, os operários utilizam os resíduos encontrados no canteiro de obras para a produção de peças de arte e “design”, recuperando assim a condição de matéria-prima desses materiais. É base do processo educativo a valorização do saber e a valorização da cultura de cada um: parte-se do princípio de que ninguém mais do que os próprios operários conhecem a transformação desses materiais de construção.

No ateliê, a subjetividade, a criatividade e a oportunidade de sonhar substituem as ordens e diretrizes do trabalho de construção, realizado diariamente na obra, e as determinações rígidas dos projetos arquitetônicos. O resultado final do trabalho no ateliê é a criação livre do operário.

2.3 Resultados

Entrar no ateliê para as aulas de Arte representa, para a esmagadora maioria dos trabalhadores, uma experiência estranha, completamente nova e sem precedentes.

Fazer isto durante o expediente de trabalho pode até parecer uma forma de “enrolação”. Muito acanhamento, “falta de jeito”, risos nervosos ou distanciamento são reações comuns no início dos módulos. Em pouco tempo, porém, essas reações desaparecem e dão lugar a outras atitudes, interesse, comprometimento e concentração no trabalho. Os operários participantes do *Mestres da Obra* manifestam um comportamento diferenciado nas atividades no ateliê: são pontuais, atentos, concentrados, e podem ficar espontaneamente para além do horário combinado para dar continuidade as suas criações.

No ateliê não há controle de frequência ou sanção por faltas e atrasos, mas o trabalho é encarado com toda a seriedade. O trabalhador é convidado a “sonhar”, tem tempo e recursos para isso: Ele pode experimentar com muita liberdade os materiais e criar intimidades e relações novas com a manipulação dos materiais tão comuns. É possível experimentar e, com isso, lidar com o fracasso de diferentes maneiras – lições importantes que posteriormente serão utilizadas no trabalho e na vida. Cooperar, compartilhar saberes, construir conhecimentos e usufruir os seus resultados; errar e com isso se fortalecer, constituem um conjunto de ações que são refletidas no Programa *Mestres da Obra*.

Nos Ateliês *Mestres da Obra* atua-se fortemente sobre os aspectos culturais do povo brasileiro. Os educadores provocam intencionalmente o resgate das informações culturais que cada participante traz, fazendo com que cada educando troque com o grupo, informações culturais que muitas vezes são novidade para os demais.

Tais conversas passam a ser ricos encontros de cultura; as histórias de manifestações folclóricas, de arte e hábitos contadas com a imensa espontaneidade de quem, na maioria das vezes, as viveu como personagem direto, compõem um processo de valorização do conteúdo trazido como único – como uma palestra de quem sabe por ter vivido aquilo.

A construção desse mosaico cultural procura e encontra intersecções entre os diversos aspectos de expressividade das regiões de origem de cada um, criando um rico ambiente de troca e inclusão cultural.

Os resultados são relevantes para todos os segmentos envolvidos:

- **Para a construtora:**

- Melhoria das relações entre os técnicos da construtora e os operários;
- Maior aceitação do canteiro de obra por parte dos moradores do entorno;
- Maior assiduidade, motivação e produtividade por parte dos operários envolvidos;
- Diminuição do uso de álcool e substâncias psicoativas e, conseqüentemente, redução dos acidentes no trabalho;
- Maior visibilidade institucional da construtora em função do alcance social do projeto e de seu caráter inovador.

- **Para a equipe técnica do Mestres da Obra:**

- Reconhecimento profissional;
- Enriquecimento curricular;
- Visibilidade institucional e profissional;
- Possibilidade de ampliação para outros canteiros/ replicabilidade do projeto.

- **Para os operários:**

- Acesso às novas alternativas socioculturais;
- Percepção de novas potencialidades e habilidades;
- Descoberta do caminho da arte como meio de vazão emocional;
- Resgate da auto estima e fortalecimento da cidadania
- Melhoria nas relações interpessoais (profissionais e familiares);
- Consciência e responsabilidade socioambiental;
- Estímulo para retomar o ensino regular, cursos profissionalizantes e outros

- **Para familiares dos operários:**

- Melhora nas relações e convívio intra-familiar
- Fortalecimento dos vínculos afetivos

- **Para o entorno:**

- Nova alternativa de acesso cultural (visitação ao ateliê);
- Melhoria das relações de vizinhança (entre os moradores do entorno e os operários).

2.3.1 Aspectos positivos do Projeto

- É sócio-economicamente viável: apresenta baixo custo em proporção ao seu alcance sociocultural. O custo do projeto está pautado basicamente em recursos humanos que reúne um corpo pequeno de profissionais com dedicação parcial de tempo. A maior parte da matéria-prima, utilizada para a criação das peças de arte e utilitários, é composta por resíduos descartados na construção; as instalações são adaptadas nas dependências da própria obra.
- Apresenta plenas condições de replicabilidade: a análise aponta a possibilidade de expansão dos ateliês em função do conhecimento acumulado pelos profissionais da equipe Mestres da Obra e pela simplicidade de sua logística.
- Atende aos objetivos inerentes aos direitos fundamentais à vida em seus aspectos sociais, culturais e ambientais, com amplo alcance no grau de satisfação entre os atores envolvidos.
- Viabiliza, na condição de ateliê-escola, a expansão para outras atividades culturais como: Artes cênicas, fotografia e poesia.
- Possibilita a isenção fiscal por meio da Lei Rouanet ¹ de incentivo à cultura e, conseqüentemente, estimula o envolvimento de organizações investidoras.

2.3.2 Aspectos a serem aprimorados

- Qualificação continuada da equipe Mestres da Obra.
- Aperfeiçoamento no sistema de registros, monitoramento e avaliação.
- Indicadores específicos para mensurar impactos quantitativo e qualitativo.
- Plano de divulgação do projeto.
- Certificação, pela Lei Rouanet de incentivo à cultura, para a isenção fiscal de potenciais financiadores.

CONCLUSÃO

O canteiro de obras MASC, a partir do Programa Mestres da Obra, passou a constituir ambiente de trabalho mais saudável, humano e menos agressivo, incentivando a criatividade e a liberdade para a construção de conhecimento e reflexão sobre questões socioambientais.

1 Lei Rouanet nº 8.313/91, que permite o direcionamento de até 4% do imposto de renda devido por empresas tributadas sobre o lucro real, dentro da alíquota de 15% incidente sobre o lucro líquido, quando destinado a desenvolver as formas de expressão, os modos de criar e fazer, os processos de preservação e proteção do patrimônio cultural brasileiro, e os estudos e métodos de interpretação da realidade cultural, bem como contribuir para propiciar meios que permitam o conhecimento dos bens e valores artísticos e culturais.

A vivência artística experimentada nesse canteiro proporcionou o aumento da auto-estima e o fortalecimento da cidadania, abrindo possibilidades para uma atuação mais efetiva e positiva nos grupos onde os beneficiários estão inseridos.

O Programa Mestres da Obra ao trabalhar as similaridades estéticas, a ancestralidade indígena, européia e africana, a fé e a religiosidade, e a história das ocupações e formações do Brasil, ampliaram o repertório cultural do operário, proporcionando maior expressividade estética e artística nas peças produzidas, colocando-o num *locus* diferenciado em relação aos demais trabalhadores da construção civil.

As obras produzidas no canteiro provocam dois efeitos igualmente positivos: o primeiro ocorre na sociedade, pois faz com que determinados segmentos sociais da elite econômica e cultural, percebam a existência da capacidade individual e coletiva de criação – em uma categoria de trabalhadores – que vai além do assentar tijolos, rolar a massa e entortar o ferro. Aquele “peão”, migrante e morador da periferia, pode sim conceber e fazer algo bonito e até sofisticado. O outro efeito refere-se à elevação da auto-estima do operário ao ver a peça que produziu, ser reconhecida pelo valor utilitário ou decorativo, ganhando espaços fora do canteiro.

O discurso patronal na construção civil faz alusão à baixa escolaridade dos trabalhadores, como uma das variáveis responsáveis pela identificação do setor como um dos mais marcados pelo “atraso”. A oportunidade oferecida pelo Programa Mestres da Obra atende a um contexto econômico e social do trabalho que vem solicitando mão de obra com características diversas daquelas exigidas pelos modelos produtivos de base taylorista/ fordista, pois um novo cenário produtivo requer um trabalhador que vai além da execução das tarefas, assim como um novo modelo de gestão que não tenha raízes industriais e apresente instrumentos próprios da área social (Dowbor, 2003).

O Programa Mestres da Obra não propõe a alfabetização dos operários, mas sim a qualificação ambiental, processo pelo qual passa a indústria da construção civil alicerçado por legislações específicas e pela inserção no contexto da responsabilidade social, que neste caso específico, ganha a conotação de “responsabilidade socioambiental”, título que invariavelmente agrega valor à imagem institucional de seus apoiadores, gera “marketing” e, conseqüentemente, mais lucro em um mercado cada vez mais exigente e competitivo.

A análise do projeto conclui que o trabalho desenvolvido no canteiro de obras, por meio do ateliê-escola, é algo inédito, arrojado e inovador e que atende as necessidades e interesses de todos os envolvidos. Tais constatações, porém, não descartam a necessidade de ajustes e aprimoramentos técnicos, capazes de potencializar as ações do projeto, conforme os itens abaixo:

- O projeto não se constitui como a principal atividade do canteiro de obras. A premissa é a entrega da obra dentro do prazo previsto. Assim sendo, as alterações no cronograma da obra atingem diretamente o desenvolvimento do projeto, necessitando, portanto, de um alinhamento temporal.
- O financiamento do projeto é garantido exclusivamente pela Construtora Setin. Dessa forma o projeto corre o risco de ser interrompido, pois não sendo a atividade fim da Construtora, constitui-se como um investimento não-prioritário. Para o equacionamento deste problema, novas estratégias para a mobilização de outras organizações investidoras deveriam compor o planejamento do projeto.
- As lideranças do canteiro de obras, na quase totalidade, não são sensíveis à proposta do projeto e, para que não interfiram negativamente no processo, é preciso adotar uma metodologia que os inclua.

- O projeto propõe uma atividade inovadora na indústria da construção civil o que requer a quebra de paradigmas e barreiras socioculturais características do universo dos canteiros de obras e de seus respectivos atores.
- A sazonalidade da mão-de-obra na indústria da construção civil está inteiramente atrelada às questões de ordem econômica e interfere diretamente na continuidade do processo educativo proposto.
- As emoções e sentimentos que normalmente afloram nos beneficiários, durante as atividades no ateliê escola, poderiam ser acolhidos e melhor trabalhados se houvesse a participação do profissional da área de psicologia em todo o processo.
- O impacto social do projeto é constatado por meio de depoimentos e observações técnicas. Existe, no entanto, a necessidade de verificação através de outros instrumentais, com a tabulação dos mesmos, obtendo um levantamento estatístico dos resultados alcançados.
- O planejamento das atividades é realizado pela equipe do Projeto, excluindo a participação dos operários. O envolvimento dos beneficiários diretos em todas as etapas do processo, desde o planejamento até a avaliação, poderia desencadear maior apropriação do projeto, por parte dos operários, e conseqüentemente melhorar o resultado final.

Cabe, ainda, destacar que este estudo muito contribuiu com o Programa Mestres da Obra que, até então, não havia se submetido a um planejamento estratégico e nem tão pouco, a uma análise institucional. A partir do acompanhamento à coleta de dados para esta pesquisa e do resultado das informações, a equipe responsável convenceu-se da importância de um planejamento técnico-científico para a continuidade e sucesso do Programa Mestres da Obra.

Dos teóricos estudados, o maior subsídio para a análise do projeto, veio de Domingos Armani (2004) com o livro *Como Elaborar Projetos*. Dentre o aprendizado e conhecimento adquiridos durante a pesquisa, ressalta-se a constatação de que projeto não é um simples compilado de informações que serve apenas para alavancar recursos que garantam a sua sustentabilidade, trata-se de uma ferramenta metodológica que amplia as possibilidades de alcançar os objetivos propostos, na medida em que permite intervenções organizadas e ajustes técnicos durante todas as etapas do processo.

Partindo-se desta lógica, a sistematização das experiências é uma dinâmica imprescindível para promover reflexões críticas pautadas no contexto da ação e, portanto, fundamentais para a produção de conhecimentos novos sobre a questão. A sistematização, no entanto, só poderá ser legitimada com a participação de todos os envolvidos, daí a necessidade de o Programa Mestres da Obra rever este quesito, pois como já foi apontado anteriormente, os beneficiários estão livres no processo de criação das peças, mas não encontram espaço para opinar ou criticar sobre a metodologia adotada.

Baseando-se no princípio de que o sentimento de pertencer decorre da oportunidade de participar integralmente, o público alvo do projeto terá mais envolvimento, melhor produtividade e maior capacidade reflexiva, quando estiver verdadeiramente incluído como sujeito.

É impossível negar os resultados exitosos do Programa Mestres da Obra. No entanto, tais resultados teriam mais visibilidade se a chamada “curva do aprendizado².” fosse aplicada para mensurar as conquistas e as

² Técnica que intercala ação e reflexão em um movimento “espiral” desencadeando conquistas e lições da experiência concreta.

lições de experiências concretas obtidas pelos beneficiários. Armani (2004) afirma que tanto a sistematização como as curvas de aprendizado, não estão diretamente integradas ao Marco Lógico, mas lhe são complementares³.

Fica evidente a importância de cada uma dessas ferramentas, fundamentais no caso específico do projeto em questão, pois juntas dão conta de prevenir riscos internos e externos, mensurar o alcance dos objetivos e o grau de satisfação dos envolvidos. O Marco lógico será levado à equipe responsável pelo Programa Mestres da Obra como indicação para aprimorar o gerenciamento do programa, pois embora a proposta seja inovadora, viável e atraente, necessita de um método científico de gestão capaz de potencializar seus efeitos e a sua replicabilidade.

³ Marco Lógico (logical Framework Approach): ferramenta de planejamento e gestão com lógica matemática. Sua utilização independe do conteúdo cultural, social e econômico.

REFERÊNCIAS

ARMANI, Domingos. *Como elaborar projetos: guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

BARONE, R. E. M. *Canteiro-escola: trabalho e educação na construção civil*. São Paulo: EDUC, 1999.

BLANES, D.N. *O trabalhador acidentado na construção civil: sua trajetória na busca de seus direitos*, 1992. 112p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) PUC. São Paulo.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria de Emprego e Salário. “Segurança e saúde no trabalho, legislação - normas regulamentadoras”(2002). <http://www.mtecho.gov.br>. Acesso em: 02 jul 2006.

BRESSER, P. L. C. O Segundo Consenso de Washington e a quase estagnação. *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol. 23, n. 3, p.91, jul/set. 2003.

COUTINHO, L. A terceira revolução industrial. Economia e Sociedade, Campinas, 1992.

DANIEL, C. A. et al. *Perspectivas que o desenvolvimento local e a distribuição de renda abrem à construção do socialismo: Poder Local e Socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

DEJOURS, C. *Psicodinâmica do trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994.

DOWBOR, L. Artigos On Line –Tendências de Gestão Social
Uma área á procura do seu paradigma organizacional –
<http://dowbor.org/default.asp>. Acesso em 20 nov 2006

FARAH, M. F. S. Formas de racionalização do processo de produção na indústria da construção. In: Encontro Nacional da Indústria da Construção – Enco, 10. *Atas*. Gramado, 1990, pp. 735-749.

FARAH, M. F. S. *Processo de trabalho na Construção Habitacional: tradição e mudança*. São Paulo: Annablume, 1996.

FERRO, Sérgio. Arquitetura e trabalho livre. In: ARANTES, Pedro Fiori (Org.)
São Paulo: Cosac Naify, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido: saberes necessários à prática educativa*. 15 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

IBGE – FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
Pesquisa nacional por amostragem de domicílios, PNAD – síntese de indicadores, 1999.
<http://www.ibge.br/estatisticas>. Acesso em: 15 nov 2006.

HANNERZ, U. *Cultural complexity: studies in the social organization of meaning*. New York: Columbia University Press, 1992.

OSTROWER, F. *Criatividade e Processo de Criação*. 15 ed. Petrópolis, RJ:Vozes, 1987.

PAUGAM, S. *O conceito de desqualificação social: Por uma sociologia da exclusão social – o debate com Serge Paugam*. São Paulo: Educ,1999.

PELICIONI, M. C. F. & PHILIPPI, J. A.(editores). *Educação Ambiental: Desenvolvimento de Cursos e Projetos*. São Paulo: Signus, 2000.

POCHMANN, M. *Proteção Social na Periferia do Capitalismo: considerações sobre o Brasil*. São Paulo: Fundação Seade, v. 18, 2004.(São Paulo em Perspectiva).

REIGOTA, Marcos. *Ecologistas*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.